

Morte na saúde

O aviso partiu de voz autorizada: o ministro da Saúde, Henrique Santillo, informou que o setor vai entrar em colapso. O grave é que S. Exa. marcou data: "Dentro de 15 dias"! O alerta foi dado pelo ministro, quando foi ao Congresso pedir apoio dos parlamentares para alterar medida provisória do presidente da República! O ministro bateu à porta do Congresso para que a assistência médica (a bem dizer, as dívidas do Ministério da Saúde) fosse reintroduzida na MP 396 (da qual fora excluída), que dispõe que pagamento de pessoal, benefícios previdenciários e serviço da dívida não podem ter seu orçamento reduzido.

O pleito básico do ministro Santillo é que as despesas de assistência médica e hospitalar do País sejam consideradas "não comprimíveis". O Orçamento do Executivo prevê uma dotação de US\$ 9,05 bilhões para a Saúde; o ministro estima que seria obrigatória uma dotação de US\$ 14,36 bilhões. O melhor exemplo dessa necessidade e da previsão de colapso está na rede hospitalar conveniada, que ainda não recebeu os CR\$ 180 bilhões devidos pelo governo pelos serviços prestados em dezembro! Como reconheceu Santillo, os hospitais públicos, privados ou filantrópicos estão trabalhando no limite de suas possibilidades. Com todo o cuidado o ministro alertou do risco: "Se houver mais um atraso prolongado..." — ou seja, se avançarmos por fevereiro sem que dezembro tenha sido pago, não haverá condições de manter os serviços. A contundência do ministro se justifica em números: seria necessária uma previsão de US\$ 6 bilhões/ano para pagar os 6 mil hospitais e os 35 mil postos de atendimento médico do País; a proposta orçamentária previu apenas US\$ 3,3 bilhões, que permanecem presos porque o orçamento ainda não foi votado. Nessas condições, colapso chega a ser uma palavra branda, principalmente porque a hipótese de "portas fechadas" dos hospitais é só uma face da crise que cerca a saúde do brasileiro.

Nesta semana, a outra face, assunto predileto do presidente Ita-

mar Franco, voltou ao noticiário: o preço dos remédios. O ministro Santillo apançou em entrevista que, em 1993, em média os medicamentos subiram "45% reais em dólar". Antes de se inteirar melhor da realidade do setor, preferiu apelar para o Ministério da Fazenda, que iniciou sua participação no caso com uma solene ameaça de tabelamento. O setor farmacêutico explica os aumentos como reposição do repasse das eras

O trinômio hospital/ remédio/ seguro-saúde é ou esquecido ou hostilizado

Sarney e Collor e não esconde que problemas de preço existem; não reconhece, porém, que sejam globais. Seriam localizados e de solução mais que possível pelo diálogo do setor com o governo. Sem ameaças, é claro. Não é esse o caminho do governo, malgrado toda a prudência verbal do ministro Henrique Santillo.

Na questão dos remédios parece que o governo prefere manter a tensão eterna a qualquer solução negociada. Ameaça com tabelamento para ver o que consegue no decreto dos genéricos; sabe que a escalada de preços pode ser reposição de perdas, mas prefere escandalizar a mídia com a afirmação de que "hoje os remédios deveriam estar custando 20% a 25% menos". Não procura o entendimento e sim o confronto.

O método não é diferente na tormentosa questão dos contratos dos seguros-saúde. Enquanto o ministro insiste na imagem "não desejo fazer qualquer coisa de cima para baixo", parte do governo todo tipo de incentivo para que uma solução apressada atropela direitos.

O realmente impressionante nesse alerta contra o colapso geral — hospitais, remédios, seguros-saúde — é ele partir de quem parte. É como se a questão da saúde do brasileiro, que pode resumir-se nesse trinômio não impressionasse, senão como efeito publicitário. A correção dos abusos na questão dos remédios e dos seguros-saúde não se busca pela via racional, mas sim pelo caminho da imposição, do Diktat. Será assim que o governo, que diminui o orçamento do Ministério da Saúde e investe contra os seguros, quer a um tempo fechar as portas para qualquer tipo de solução?

ESTADO DE SÃO PAULO

31 JAN 1994